

## O rock dos anos 60 e as utopias privatizadas da contemporaneidade

**Luis Carlos Fridman**

Eric J. Hobsbawm, em seu livro autobiográfico *Tempos interessantes – Uma vida no século XX*, escreveu a respeito dos anos de 60: “Olhando para trás depois de pouco mais de trinta anos, é fácil ver que interpretei mal o significado histórico da década de 60” (HOBSBAWM, 2002, p. 279). O notável historiador não teve receio de reconhecer seus equívocos e, guardadas muitas proporções, pode ter sido surpreendido por mudanças que o aproximaram de um certo Mr. Jones mencionado na canção *Ballad of a thin man*, composta por Bob Dylan em 1965. Nela o trovador americano, cuja música mexeu com a sensibilidade de uma geração e acompanhou as contestações na América no período, diz: *Because something is happening here/But you don't know what it is/Do you Mr. Jones?* (Porque algo está acontecendo aqui/Mas você não sabe do que se trata/Sabe, Mr. Jones?).

Na linguagem alegórica do poeta, Mr. Jones era o protótipo do americano médio que não entendia os modos de ser dos personagens bizarros que povoavam o cenário da canção. Sua estranheza se igualava ao espanto dos conservadores com o inconformismo que se manifestava nas ruas ou na vida privada. De seu lado, Hobsbawm retorna à cena histórica para se render à evidência de que as contestações da época incluíram o desejo de revolucionar a vida cotidiana, sintetizado na máxima “o que é pessoal, é político”. Os comportamentos e as ações da juventude afirmavam novos estilos de vida e formas até então pouco usuais de confronto com as autoridades.

O ator Peter Coyote, na época um jovem integrante dos *Diggers*, um grupo radical de San Francisco, conta que uma das atividades dos militantes culturais era montar uma mesa com quatro cadeiras em alguma rodovia no horário de trânsito pesado, onde estendiam uma toalha, colocavam taças e champagne, abriam o jornal e deixavam dois lugares vazios. Nas palavras de Coyote: “Se alguém quisesse sair do carro e comer com eles, tudo bem” (GRAHAM, 2008, p. 195). A “política de expressão pessoal” tinha o intuito de provocar alterações de rotina e de consciência em qualquer lugar. Sem conexão prévia ou conhecimento mútuo, a iniciativa guardava enorme semelhança com os Situacionistas europeus, organização militante de esquerda com fortes acentos anarquistas, que tinha como um

de seus principais cérebros o filósofo e cineasta Guy Debord, autor de *A sociedade do espetáculo*, que se definia como “marxista de lugar nenhum”. Os situacionistas consideravam que a revolução seria uma festa ou não seria uma revolução, e uma de suas palavras de ordem era *jouir sans entraves*, gozar sem entraves.

Na mesma época e em cenário adjacente na cidade de San Francisco, Eric Hobsbawm vivenciava seu estranhamento. Em visita a uma amiga de seus filhos, ele e a mulher foram levados a um dos templos do rock and roll da Costa Oeste americana, o que resultou na seguinte descrição:

*Fomos levados ao Fillmore, o gigantesco salão de danças, palpitante de refletores de luz negra e amplificação excessiva de som. Nem consigo recordar os grupos da área da baía de São Francisco que se apresentaram – o único que me pareceu fazer algum sentido foi uma das bandas femininas da Motown – não sei se as Marvelettes ou as Supremes – cujo ritmo se assemelhava ao conhecido rhythm and blues negro. Talvez isso não seja surpreendente. Para aproveitar aquele ano em São Francisco era preciso estar permanentemente usando alguma droga, de preferência LSD, o que não era o nosso caso. Na verdade, devido a nossa idade, éramos um perfeito exemplo da expressão “Se você se lembra de alguma coisa da década de 60 é porque não participou dela”... A despeito das aparências, minha geração continuaria deslocada na década de 60 (HOBSBAWM, 2002, p. 280).*

O historiador marxista já havia escrito a *História social do jazz* entre 1959 e 1961, onde investigava o surgimento do blues, do rhythm and blues e do jazz. Na própria década de 60 era assíduo resenhista de discos de jazz no jornal musical inglês *The New Statesman*, sob o pseudônimo de Francis Newton. Conhecia em profundidade as raízes da música popular americana e a influência da música negra, além de ter uma visão benevolente do quarteto de Liverpool ao escrever: “Os Beatles são um bando de garotos agradáveis, nada sinistros (ao contrário de alguns cometas adolescentes americanos), com aquela combinação encantadora de exuberância e o costume descolado de se divertir às próprias custas (i.e., zombar de si mesmos) que é o ideal para sua faixa etária”. Mas, com uma confiança que se mostraria equivocada, completou “em vinte anos não restará nada deles” (GOULD, 2009, p. 200 e 201).

Em *Tempos interessantes*, Hobsbawm reconhece que o significado histórico e político dos fenômenos que tornaram emblemático o ano de 1968, com suas manifestações estéticas e padrões de comportamento, trouxe mudanças que se diferenciavam de outros momentos de convulsão e de experiências de luta social no século XX.

Os desejos de mudança e as contestações políticas e culturais ocorridas mundialmente nos anos 60 apontavam para projetos de uma “sociedade boa” mesclados a utopias libertárias. Alargavam demandas no espaço público, com uma formidável liberação de atos, desejos e exemplos e a ampliação das “fronteiras do possível”, na expressão de Olgária Matos. Na “década de todas as revoltas”, as insurgências se espalhavam pelas mais variadas esferas do convívio humano. Lutas radicais visavam a transformação das estruturas sociais e a distribuição de riqueza e poder, mas também questionavam as relações familiares, a condição subalterna das mulheres, a repressão sexual, as convenções de comportamentos socialmente aceitáveis, as práticas disciplinares e as vias de integração ao sistema.

Novos campos de iniciativas políticas sacudiram a atmosfera social da época, repercutindo nas preocupações dos governantes, nos debates travados nos meios de comunicação de massa e se estenderam ao ambiente protegido de pacatos cidadãos sentados em frente ao aparelho de televisão. As causas coletivas envolviam formas de insubordinação política, comportamental, artística e espiritual e desdobravam-se em modos de vida alternativos. O movimento *hippie*, por exemplo, não tinha entre seus porta-vozes personalidades políticas, mas poetas como Allen Ginsberg.

Herbert Marcuse, lido com afeição por aquela geração, escrevia que uma nova sensibilidade havia se tornado uma força política. Os rebeldes que não se limitavam aos militantes e incluíam enormes contingentes de jovens que transformaram práticas sexuais, maneiras de vestir, identificações existenciais, formas de convivência e se deixavam transportar para outros cenários tanto pela pregação de lideranças como pelas canções de seus ídolos musicais. As organizações político-partidárias não detinham a exclusividade da vontade de mudança e assim realismo e utopia combinavam-se nos desafios à ordem constituída e afetavam as rotinas sociais.

No mundo inteiro jovens participavam de manifestações contra a guerra do Vietnã, movimentos estudantis explodiam em todos os continentes e um número incontável de indivíduos se sensibilizava por sagas revolucionárias como a de Ernesto Che Guevara na Bolívia. Mas também se viam representados nas canções de Bob Dylan, dos Beatles, dos Rolling Stones e de uma infinidade de músicos populares. No seu retorno àqueles anos, Hobsbawm destaca que “se há alguma coisa que simboliza os anos 60 é o rock” (HOBSBAWM, 2002, p. 279). E completa:

*Durante alguns anos na década de 1960 a linguagem, a cultura e o estilo de vida das novas gerações do rock ficaram politizadas. Falavam dialetos reconhecíveis*

como derivados da antiga linguagem da esquerda revolucionária, embora naturalmente não do comunismo de Moscou, desacreditado tanto pelos acontecimentos da era de Stalin quanto pela moderação política dos partidos comunistas (HOBSBAWM, 2002, p. 281).

O jornalista Mikal Gilmore, em *Ponto final – crônicas sobre os anos 1960 e suas desilusões*, comenta que na América “a música era uma força unificadora... ela tinha um peso político porque havia demarcado um idioma popular, encarnava o debate nacional e tinha o poder de convencer” (GILMORE, 2010, p. 18). Naqueles agitados anos, a aproximação entre a música, a cultura alternativa e a política esteve recheada de exemplos, alguns deles bem curiosos. O nome dos *Weathermen* (grupo americano de ultra-esquerda oriundo da organização estudantil *Students for a Democratic Society – SDS*) – que sequestrou Patricia Hearst (filha do magnata da imprensa Randolph Hearst, cuja saga inspirou Orson Welles no aclamado *Cidadão Kane*) – originou-se nos versos da canção “*Subterranean homesick blues*” de Bob Dylan: *You don’t need a weatherman/ to know which way the wind blows* (Você não precisa de um meteorologista/ para saber para que lado o vento sopra).

Na Europa, os militantes radicais da Fração do Exército Vermelho (também conhecidos como o grupo *Baader-Meinhof*) encarnavam uma versão alemã da contracultura. Certa feita, durante um treinamento com guerrilheiros palestinos na Jordânia, as jovens da organização se desnudaram para tomar banho de sol, o que chocou profundamente seus anfitriões e a reação foi imediata. Muita prudência e diplomacia foram necessárias para evitar uma tragédia.

Hobsbawm reconhece que ele e sua geração de intelectuais de esquerda não perceberam a influência da contracultura nos diversos movimentos e nas revoltas estudantis. O que ocorria à margem dessa concepção era “a destruição dos padrões tradicionais de relacionamento entre pessoas e comportamento *dentro da sociedade existente*” (HOBSBAWM, 2002, p. 279, grifos do autor). E nos diz, sem receios, que “o que realmente transformou o mundo foi a revolução *cultural* da década de 1960” (ibidem, p. 290, grifos do autor). O uso da palavra “revolução”, sempre carregada de rigores críticos, merece atenção. Hobsbawm quis ressaltar as profundas mudanças nos modos e estilos de vida, com repercussões sociais de grande extensão, ainda que suas feições não tenham coincidido com aquelas usualmente associadas ao conceito.

Miriam Adelman, em “O reencantamento do político: interpretações da contracultura” (ADELMAN, 2001), analisa o livro *Anti-disciplinary protest: sixties radicalism and postmodernism*, de Julie Stephens (1998), e menciona com

pertinência que a contracultura, em vez de planejar uma revolução futura, estimulou a mudança na transgressão direta e cotidiana. Uma de suas decorrências foi o afastamento da política convencional limitada a partidos, sindicatos e lutas eleitorais e a afronta ao poder por diversos grupos sociais animados por demandas políticas e morais em uma polifonia de vozes.

Mas Adelman deixa de abordar as transgressões cotidianas que se tornaram um convite atraente de mudança para milhões de jovens que não adotaram uma perspectiva política nítida de atuação. Eles provocaram, com ou sem consciência das consequências últimas de suas escolhas, as mais variadas perturbações sociais. Um exemplo, que não se encaixa em uma atitude politicamente dirigida ou ideologicamente referida, foi o abandono do lar, sem deixar rastro, por parte de milhares de jovens e adolescentes na América para viver algo bem diferente da inserção conformista nas instituições e das expectativas de seus pais.

Um dos pólos de atração da garotada era Haight-Ashbury, um bairro da cidade de San Francisco, onde imperava a cultura hippie, louvada pelo cantor folk Scott McKenzie em “San Francisco (*Be sure to wear flowers in your hair*)”. A música havia sido composta por John Phillips, da banda The Mamas and the Papas (também responsáveis pelo sucesso “California dreamin’”) e não parava de tocar no rádio. O comentário de Mikal Gilmore reproduz o impacto da canção e os sonhos a ela associados:

*A singeleza da promessa de um tempo dourado era exasperante – “For those who come to San Francisco/ Summertime will be a love-in there/ In the streets of San Francisco/ Gentle people with flowers in their hair” (Para os que vierem a San Francisco/ O verão será só de amor/ Nas ruas de San Francisco/ Pessoas gentis com flores nos cabelos) – e ainda assim havia algo inegavelmente adorável, assombroso mesmo, a respeito da música. A voz de McKenzie, a maneira com que o som evolui num espaço de gravidade nula enquanto o baixo pulsante prepara o clima onírico da canção, tudo isso agora remete a um passado pungente, o ideal de serenidade descrito na letra. A utopia imaginada na música, como todas as utopias, revelou-se ilusória, mas seu mito era agora inexoravelmente sedutor (GILMORE, 2010, p. 117).*

A utopia do cenário social de serenidade e harmonia tinha naquele momento um eldorado, para onde acorriam milhares de jovens em busca de um novo modo de vida. Todas as histórias tristes que podem ser contadas sobre a decadência dos ideais comunitários de Haight-Ashbury não obscurecem o fato de que as expectativas de uma nova ordem motivavam uma movimentação de grandes proporções.

Em *Dançando nas ruas*, a socióloga e feminista militante Barbara Ehrenreich também trata como uma “revolução” a adoção pela juventude de padrões sexuais que contrastavam fortemente com o puritanismo vigente na cultura americana até os anos 1950. Em consonância com Hobsbawm, ela percebe o *rock and roll* como “o ponto de convergência de uma cultura alternativa inteiramente apartada das estruturas dominantes do governo, das corporações, da Igreja e da família” (EHRENREICH, 2010, p. 266). As reações conservadoras da época ilustram as idéias de Ehrenreich:

*Clérigos se uniram a psiquiatras para pedir o banimento da nova música, tão “obscena” e perturbadora. DJs juraram que nunca tocariam aquilo, chegando a queimar pilhas de discos demo para alardear seu compromisso com a “boa” música, em oposição ao novo “lixo” da moda. Como vimos, cidades inteiras mobilizaram forças policiais contra os fãs, e algumas fizeram tudo o que puderam para desencorajar a chegada de grupos de rock. Lideranças cívicas denunciaram o rock por incitar a delinquência juvenil, a violência e o sexo (EHRENREICH, 2010, p. 265).*

Uma espécie de “politização” à revelia emanava da gritaria dos adolescentes e dos hormônios à solta. A contracultura, assimilada ao comportamento e aos estilos de vida, viria a dar contornos mais fortes às aspirações que imiscuíam questões morais e existenciais com as lutas sociais. É possível acompanhar esse percurso na criação musical do período, desde as canções de protesto às que retratavam as vivências da intimidade.

O transbordamento do ímpeto de mudança da política para outras esferas da vida esteve presente nas divergências entre Joan Baez e Bob Dylan, que formaram um casal por certo tempo e apareceram como ícones da canção de protesto na América. Enquanto Joan Baez considerava que a música folk deveria ter um comprometimento explícito com causas políticas, Dylan – com o “dedo no pulso da juventude americana” (SHELDON, 2011, p. 241) – lançava em suas canções inquietações que ao mesmo tempo extrapolavam e alimentavam o engajamento militante. Dylan sempre recusou rótulos e o epíteto de “salvador”. A partir de certo momento, ele passou a escrever “canções para mim mesmo” ao invés de “canções para todos” (ibidem, p. 362) e, no entanto, contribuiu como poucos para questionar o rumo das coisas. Dylan nunca desejou ser um profeta social ou arauto de tarefas históricas, nem ocupar na esfera pública um lugar além daquele reservado ao reconhecimento artístico, e pagou caro por isso.

Criticado por seu “apoliticismo” por parte de seguidores exaltados que chegaram a organizar protestos de rua contra ele, um Dylan recluso surpreendia seus difamadores com canções sobre o assassinato de George Jackson, um militante negro assassinado por policiais na prisão de Attica sob a justificativa de uma tentativa de fuga. E também acolhia Joan Jara em seu périplo pela América depois da morte do marido, o cantor e compositor chileno Victor Jara, assassinado pelos militares golpistas nas dependências do Estádio Nacional de Santiago. Com todo o desconforto que os adoradores fanáticos lhe causaram, Dylan nunca renunciou à liberdade artística de criar as canções que retratavam suas perplexidades e angústias frente aos dilemas da América.

Entre muitos, Dylan foi um dos casos exemplares da repercussão do rock na esfera pública nos anos de contestação generalizada. Em 1976, na campanha presidencial americana, Jimmy Carter o citava com frequência como no discurso de sua nomeação como candidato do Partido Democrata, ao repetir a frase “*he’s not busy being born is busy dying*” (ele não está ocupado nascendo, está ocupado morrendo), da canção “*It’s alright ma’ (I’m only bleeding)*”. Sua influência perdurou nas palavras de Barack Obama após uma apresentação na Casa Branca, em 2010:

*É isso o que eu amo a respeito de Dylan: ele foi exatamente o que você esperaria que ele fosse. Ele não apareceu para o ensaio... Não quis ser fotografado comigo... Ele veio e tocou “The Times They Are A-Changin’”. Uma bela interpretação... Ele terminou a canção, desceu do palco – eu estava sentado na primeira fila – aproximou-se, apertou minha mão, meio que inclinou a cabeça, sorriu muito discretamente e foi embora. E foi só... Eu pensei: é assim que queremos Bob Dylan, certo? Você não o quer puxando papo e sorrindo. Você quer que ele seja um pouco cético sobre tudo (SHELDON, 2010, p. 724).*

O percurso de Dylan condensa em linhas fortes a criatividade e as inquietações veiculadas no domínio público por uma imensa galeria de talentosos músicos e poetas da cena do rock. Não é incomum que lutas sociais sejam acompanhadas de canções, mas na década de 60 elas traduziram variadas dimensões do inconformismo que pulsava nas histórias de amor, liberdade, solidão, família, loucura, sexo, opressão e revolução. Era possível ouvir no rádio as linhas melódicas da “revolução cultural” mencionada por Hobsbawm.

As palavras de ordem escritas nos muros de Paris durante as revoltas estudantis de 1968 traziam mensagens e utopias de novas arenas de luta em dimensões políticas, éticas e estéticas: “seja realista, peça o impossível”, “a huma-



nidade só será feliz quando o último capitalista for enforcado com as tripas do último estalinista”, “é proibido proibir”, “não mudem de empregadores, mudem o emprego da vida”, “quanto mais eu faço amor, mais tenho vontade de fazer a revolução; quanto mais faço a revolução, mais tenho vontade de fazer amor” etc. Novos termos eram adicionados aos desejos de mudança: “A Felicidade é uma idéia nova na escola de Ciência Política” (MATOS, 1998, p. 36). O realismo político não deteve a exclusividade das afrontas ao poder.

Em suas memórias, Tariq Ali, o mais importante líder esquerdista dos estudantes na Grã-Bretanha, lembra do *bed in* protagonizado por John Lennon e Yoko Ono, em 1969, em uma suíte do Hotel Hilton de Amsterdam. Segundo Ali, o happening do casal, que durou uma semana, fez mais pela popularização da causa da paz do que anos de trabalho organizativo realizado com seus companheiros em militância incansável. Ao invés de palanques com oradores conclamando para a luta, a pregação pacifista de John e Yoko foi encenada na cama da suíte e marcou um encontro expressivo entre a música popular e a política. Hobsbawm não exagerou quando escreveu que o rock simbolizou os anos 60 pela tradução de demandas políticas, culturais e existenciais na esfera pública. Em *O poder das barricadas* – uma autobiografia dos anos 60 (ALI, 2008, p. 205), Ali conta que foi um tempo de “mistura forte e inebriante” entre a música e a política.

Canções sobre a agitação política alcançaram grande sucesso, com evidentes ecos na arena pública. Entre tantas, “*Street fighting man*”, dos Rolling Stones, foi escrita por Mick Jagger após ter participado de uma grande manifestação contra a guerra do Vietnã que se dirigiu à embaixada americana em Londres e foi brutalmente reprimida pela polícia. Em 1968, o hit chegou a ser banido de várias estações de rádio de Chicago por medo das autoridades que supunham que poderia incitar à violência durante a Convenção Nacional do Partido Democrata. Em 1973, todos os discos dos Rolling Stones foram banidos na Espanha. “*Blowin’ in the wind*”, de Bob Dylan, tornou-se o hino do Movimento dos Direitos Civis na América durante anos e “*Masters of war*” foi considerada a mais importante trilha de uma lista das 100 maiores canções de protesto. “*Power to the people*”, “*Working class hero*” e mais tarde “*Imagine*”, resultaram da radicalização política de John Lennon na era pós-Beatles e de sua aproximação com Jerry Rubin e Abbie Hoffman, lideranças esquerdistas e pacifistas do extravagante “*Youth International Party*”. Na época, Lennon passou a ser estreitamente vigiado e sofreu ameaças constantes por parte do FBI, além de um doloroso processo judicial de deportação que acabou por garantir a sua permanência na América.



Nos anos 70, agências do governo americano chegaram a decretar internamente uma “temporada de caça” aos Rolling Stones. O relato é de Keith Richards em *Vida*, sua autobiografia realizada com o escritor e jornalista James Fox:

*O Departamento de Estado tinha registrado tumultos nas ruas (verdade), desobediência civil (novamente verdade), sexo ilícito (seja lá o que isso quer dizer) e violência em vários locais dos Estados Unidos. Tínhamos incitado os jovens a se rebelar, estávamos corrompendo a América, e eles decretaram que nós nunca mais entraríamos nos Estados Unidos de novo. No governo Nixon isso havia se tornado uma questão política séria. Ele tinha pessoalmente lançado mão de seus truques mais baixos e atizado seus cães contra John Lennon que, no seu entendimento, poderia custar-lhes a eleição. Quanto a nós, disseram oficialmente ao nosso advogado, formávamos a banda de rock and roll mais perigosa do mundo (RICHARDS, 2010:, p. 13 e 14).*

Sem trombetear posições políticas explícitas, Keith Richards sempre encarnou uma existência eminentemente anti-institucional. Vale lembrar que, nas últimas décadas, ele obteve a curiosa consagração de ser a aposta mais certa, nunca confirmada, de morte de um ídolo do *rock and roll* por seu envolvimento com drogas. Sua simpatia irresistível pelos revoltosos e desviantes foi alimentada pela vivência de degradação e contato com situações e personagens do mundo das drogas em suas rotinas de risco, violência, erosão moral e perseguição policial. Em uma de suas tiradas impagáveis disse: “Eu nunca tive problemas com drogas. Só tive problemas com a polícia” (West, 2010:26). E mais: “Se eu soubesse qual é o outro pecado original, o cometeria” (WEST, 2010, p. 87).

O Departamento de Estado americano atribuía aos Rolling Stones o estopim de rebeliões que estavam nas ruas. A concepção bizarra que conjugava insatisfação social e sexualidade “fora da lei” tratava de combater a contestação da juventude em suas ramificações políticas e culturais. Descontados os exageros, Richards exhibe um certo sexto sentido sociológico ao perceber as identificações morais e existenciais das audiências das apresentações dos Stones e as canções da banda como “alimento” para as vivências cotidianas de seus admiradores quando afirma que “... chegamos a um ponto em que pelo menos 80% das pessoas que vão aos nossos shows nem mesmo conhecem um mundo sem os Rolling Stones” (West, 2010:172). O assédio repressivo aos Rolling Stones foi um dos sintomas da reação conservadora em sua intenção de frear o que já estava disseminado por todo lado.

Outro caso memorável, em 1969, foi o processo contra Jim Morrison, vocalista, poeta e compositor da banda *The Doors*. A Justiça de Miami o perseguiu

por conduta obscena, uso de linguagem indecorosa, exibição indecente e bebedeira em público durante um show. Mais uma vez, a trama urdida pelas autoridades e forças conservadoras associava desafio às instituições e sexualidade, com a possibilidade de encarceramento por três anos e meio na penitenciária estadual de Raiford, uma das prisões mais duras do sul dos Estados Unidos:

*Dias depois do show, o jornal Miami Herald e representantes da lei e da cidade, movidos por interesses políticos, transformaram o triste fiasco em grave afronta à moral de Miami e da nação; além disso, Morrison foi acusado de simbolizar a atitude jovem desses tempos, indecente e arrogante (GILMORE, 2010, p. 302).*

Canções do *rock and roll* dos anos 60 e 70 refletiam as aspirações dos jovens, que acabavam encarnadas em seus ídolos musicais. A severidade da pena a ser cumprida em Raiford buscava atingir a “indecência” e a “arrogância” dos jovens em uma cruzada contra a contestação cultural que se derramava em várias esferas da vida social. Após trabalhosas escaramuças jurídicas, Morrison acabou se livrando da prisão, mas sua depressão teve efeitos duradouros.

Para atestar o sentido esdrúxulo e quase cômico de uma parte da América ameaçada por um gênero musical que simbolizava ideais coletivos, Keith Richards recorda das tentativas de proibição do rock ocorridas na mesma época dos Stones serem considerados a “banda mais perigosa do mundo”:

*No ano anterior, e sozinho, o nosso fantástico advogado, Bill Carter, nos livrou de grandes confrontos programados e insuflados pelas forças policiais de Memphis e San Antonio. E agora Fordyce, uma cidadezinha de 4.237 habitantes, cujo emblema nos uniformes escolares era um estranho inseto vermelho, talvez tivesse a honra de conquistar o prêmio. Carter nos alertou para não cruzarmos o Arkansas de carro em hipótese nenhuma, e certamente jamais sair da rodovia interestadual. Ele salientou que o estado de Arkansas havia recentemente tentado aprovar uma lei para tornar o rock and roll ilegal. (Adoro ler os termos do estatuto: “Quando houver quatro batidas fortes, altas e insistentes no compasso...” (RICHARDS, 2010, p. 14).*

Supõe-se que “*Fingerprint file*”, do disco *Exile on main street* (1972), tenha sido escrita em virtude da prática então usual do FBI de vasculhar as vidas de Keith e de Mick Jagger. Ainda hoje, por mais que o rock não conserve a chama da contestação e continue a proporcionar gordos lucros para a indústria fonográfica, as peripécias da vida de Keith Richards e a reclusão de Bob Dylan, os dois em plena atividade, evocam mais um espírito de desafio e de crítica do que a bem-

-aventurança de acomodados artistas milionários. Neles isso não significa nostalgia dos anos 60 e 70, mas um distanciamento do conformismo que tem como marco inicial as ousadias da década de todas as revoltas.

As canções de estrada estimulavam o “*drop out*” (cair fora do sistema). Contavam histórias de gente que se largava pelo caminho, muitas vezes fugindo de decepções amorosas ou das limitações do lugar de origem. A adoção desse estilo de vida não se encaixava nos valores requeridos para a integração domesticada ao sistema. Já as baladas de amor retratavam o desejo de novos vínculos sentimentais e sexuais e um novo lugar social para as mulheres. Garotas donas de suas escolhas, seus corpos e seus prazeres não mais pareciam destinadas à subordinação e ao bom comportamento. Soltas no mundo – como tantas o fizeram – eram apresentadas nas canções com mais mistério, lascívia e autonomia.

A música ecoava os arrebatamentos que povoaram corações e mentes na década de todas as revoltas. O slogan “o que é pessoal é político”, uma das sínteses da década de 60, esteve presente em muito do que se cantou, tocou, dançou e desafiou naqueles agitados anos. Canções ouvidas mundo afora “pertenciam” à experiência íntima de seus ouvintes assim como as convocações políticas dos panfletos, comícios e manifestações de massa. Um bom exemplo foi observado durante uma greve estudantil no campus de Berkeley em 1966, quando cerca de mil pessoas cantavam a Internacional (muitos não sabiam a letra) e passaram a entoar espontaneamente o sucesso *Yellow Submarine*, dos Beatles, então recentemente lançado. No dia seguinte, um panfleto estava fixado em vários locais do campus com os dizeres:

*O Submarino Amarelo nos foi proposto pela primeira vez pelos Beatles, que também nos ensinaram um novo tipo de música... Ontem à noite celebramos a fusão crescente do coração, mente e ação; de hippies e ativistas; e nossa alegria e confiança em nossa habilidade de nos importar e tomar conta de nós mesmos e do que nos pertence. E então, fizemos uma resolução que irrompeu numa música, e adotamos de hoje em diante esse símbolo inesperado de confiança no futuro e da esperança por um lugar onde todos possamos viver. Por favor, afixem [este panfleto], especialmente onde for proibido. Nós amamos vocês (GOULD, 2009, p. 403).*

\*

A mesma Califórnia da Universidade de Berkeley acolheu Anthony Giddens durante um ano e meio, em plena efervescência dos protestos contra a guerra do Vietnã, do movimento estudantil e da contracultura. Sob a influência desses

acontecimentos e da disposição daqueles que se voltavam contra o sistema em alterar suas maneiras de viver, veio a formular o conceito de “política da vida”. Em entrevista para a revista Estudos Históricos (1992) comentou que “as pessoas não tinham medo de fazer grandes mudanças em suas vidas... a política do modo de vida já estava claramente se desenvolvendo nos anos 60”. Giddens veio a perceber o desenvolvimento de um novo eixo da política, em que à dimensão do que “não se quer” se adicionou a perspectiva do que “se quer”. Em suas palavras, uma política que além do “afastar-se de” (das relações de exploração, desigualdade e opressão do capitalismo) segue “em direção a” (Giddens, 2002:196), politizando questões morais e existenciais que não ocupavam lugar nas arenas das disputas sociais.

As múltiplas contestações dos anos 60 resultaram no redimensionamento das projeções lançadas para o hipotético futuro. Entre elas a concepção da auto-realização humana, que consta nos esboços de Marx sobre o cenário do comunismo<sup>108</sup>. Segundo Giddens, a “política da vida” – política dos estilos de vida e política da busca de auto-realização – não se limitava à crítica das condições materiais que obstaculizavam a busca humana de “ser o que se quiser” e da expansão das potências inibidas dos indivíduos no modo de produção capitalista. Ao invés do incerto devir, os movimentos disseminaram a moralização de questões éticas para o presente como motivação para a ação. Nesse ponto, Giddens e Hobsbawm se encontram na interpretação de que os embates nos anos 60 buscavam mudanças nos quadros da sociedade existente. Para Giddens, o conceito ainda é pertinente na atualidade:

*... a política-vida refere-se a questões políticas que fluem a partir dos processos de auto-realização em contextos pós-tradicionais, onde influências globalizantes penetram profundamente no projeto reflexivo do eu e, inversamente, onde processos de auto-realização influenciam as estratégias globais (GIDDENS, 2002, p. 197).*

E, no quadro da modernidade avançada, alimenta formas de contestação:

*... engajamentos radicais que procuram incrementar as possibilidades de uma vida realizada e satisfatória para todos e para a qual não existem “outros” (envolvendo decisivamente uma “ética do pessoal” e a política referida a estilos de vida) (GIDDENS, 1991, p. 155-156).*

---

108 Tratei desses temas em meu livro O jardim de Marx – Comunismo e Teoria Social Contemporânea (2003).

Nesta concepção, a política da vida tem qualidades subversivas que se estendem a outras esferas do convívio social, para além das disputas de riqueza e poder. Segundo Giddens, em interpretação otimista, a política da vida adicionou novas dimensões à mudança, pois “antecipa” e torna urgente o desejo de auto-realização. O contraste é evidente com as projeções de Marx, onde a auto-realização seria alcançada por indivíduos libertos de esferas exclusivas de atividade material e assim cada um poderia expandir livremente as suas potencialidades se assim o desejasse, como está escrito em *A ideologia alemã*.

Em termos sintéticos, a “política da vida” trata das consequências políticas da incorporação da pergunta “que vida quero viver?” ao universo das rotinas e das escolhas dos indivíduos, possibilitada, segundo Giddens, por uma postura ativa com relação às condições de existência. Nessa linha de reflexão, Giddens formula o conceito de “realismo utópico”, que se difere do “utopismo irresponsável que desconsidera as consequências dos sonhos de transformação tomados por si mesmos”. De outro lado, assimila a dose utópica de ampliação dos limites, liberdades sociais e invenção de novos direitos pela política de auto-realização ou política dos estilos de vida cuja propagação funciona como fonte de alternativas e de “colonização do futuro” (GIDDENS, 2002, p. 208).

Giddens considera que a modernidade avançada é atravessada pelo “ceticismo metódico” exercido nos discursos públicos, que abrem as práticas sociais ao exame permanente. A incorporação de informação renovada altera o quadro de referências estabelecidas e toda reivindicação de conhecimento é passível de correção. Tal dinamismo implica na revisão das convenções e das restrições tradicionais e locais e assim os elos individuais e sociais têm que ser construídos e não herdados do passado.

Faz parte desse novo dinamismo o interesse dos indivíduos pelo bom entendimento de sua constituição emocional e uma comunicação no plano dos afetos dirigida ao outro. Acentuaram-se tendências na direção da mudança relações entre pais e filhos, na sexualidade e nas relações de amizade pautadas por padrões da autonomia e da solidariedade. Nessa “era de indagação racional permanente” tais possibilidades se expressam na busca da identidade e do auto-exame (“projeto reflexivo de construção do eu”), em um novo tipo de afetividade baseada nos “relacionamentos” que compreendem a “mutualidade da auto-revelação” e na busca da auto-satisfação pela apropriação positiva das influências globalizadas que invadem a vida cotidiana.

A política da vida aponta para uma transformação democratizante da intimidade (título de um dos livros de Giddens) e impele à “democratização da de-

mocracia” postulada por indivíduos cada vez menos afeitos à submissão. Algum parentesco pode ser notado entre essas idéias de Giddens e as palavras de Michel Foucault na “Introdução a uma vida não-fascista”, prefácio de *O anti-Édipo*, de Gilles Deleuze e Félix Guattari: “O adversário estratégico é o fascismo... o fascismo que há em todos nós, que martela nossos espíritos e condutas cotidianas, o fascismo que nos faz amar o poder, desejar esta coisa que nos domina e nos explora”.

Em outro registro, a reflexão de Zygmunt Bauman sobre a privatização da esfera pública se distancia das formulações de Giddens sobre a política da vida e as sendas “colonizadoras do futuro” pela busca de auto-realização. Para Bauman, a noção atual de “boa vida” carece de uma definição de “vida boa” (BAUMAN, 2011, p. 110). A idéia de felicidade, em acentuado contraste com os ideais libertários dos anos 60, sofreu um deslocamento do aperfeiçoamento compartilhado para o da sobrevivência individual. O seu diagnóstico geral da sociabilidade contemporânea é o de que vivemos em uma era de desengajamento.

Na década de 60, aqueles que abraçavam projetos e sonhos de uma vida melhor vinculavam a superação de seus sofrimentos ao mal-estar sentido por seus semelhantes. Na era do desengajamento predomina uma mentalidade onde a busca da felicidade se compõe de tarefas a serem empreendidas por agentes solitários e o resultado depende do esforço abnegado de cada um. Ao invés de projetos e utopias que conferiam um significado maior à vida de todos, impõe-se “uma versão ‘desregulamentada’, ‘privatizada’ e ‘individualizada’ das antigas visões da boa sociedade, uma sociedade hospitaleira à humanidade de seus membros” (Bauman, 2007:111). Para Bauman, vivemos um tempo de “utopias privatizadas”, onde o desejo de uma vida melhor aparece na esfera pública como uma coleção de causas individualizantes.

O domínio público tornou-se cada vez mais povoado por mensagens e exemplos de vida particularizados; a prescrição fundamental é a de se virar sozinho. No momento atual de desregulamentação e privatização intensa de todas as relações sociais, a superação dos sofrimentos e o enfrentamento do mal-estar são associados à capacidade de amealhar recursos para comprar produtos e serviços no mercado que aplaquem as dores e produzam boa fortuna. Em termos sociais, estamos mais do que nunca livres para estarmos sós.

Traços dessa sociabilidade podem ser notados no depoimento de um dos entrevistados por Richard Sennett em *A corrosão do caráter* – consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo: “O segredo é: não deixar que nada se grude na gente” (SENNETT, 1999, p. 92). Referida ao trabalho, a frase pode ser estendida à política, às atribulações da identidade, ao amor e às mais variadas formas de

convivência. Quem não quer grude reluta em se apegar ao outro. A dependência, essa condição de necessitar do outro, é vista como vergonhosa. Este significado de “liberdade” torna-se uma disposição cognitiva que orienta os indivíduos na organização da vida privada e nas motivações para a participação na esfera pública.

As disposições institucionais favorecem um estado permanente de pressão para despojar o destino individual de toda interferência coletiva. O valor de vidas cultivadas na companhia dos outros se esvai. Os indivíduos se tornam administradores solitários de suas dificuldades e aspirações, o que se alia à erosão das referências de classe que permitiam a agregação dos sofrimentos privados e sua expressão pública.

As dores coletivas são desviadas para o atalho dos cuidados privatizados pelo mercado. No sentido inverso de tornar a reunião das preocupações pessoais uma força interveniente na disputa social, uma das idéias fortes da obra de Zygmunt Bauman é o deslocamento da Política (com P maiúsculo) para as “políticas da vida”<sup>109</sup>. As esperanças de uma “vida boa” são transferidas para os esforços particulares, afastando a possibilidade de ser buscada e construída junto com os outros. Os bônus alcançam aqueles que ocupam lugares confortáveis na “liberdade” dos mercados; os ônus atingem aqueles que não conseguem se proteger. O desengajamento ganha essa desanimadora expressão política.

Para Bauman, a “política da vida” adquire outros conteúdos, associada às ansiedades e medos. A especialização do mercado torna possível comprar “maneiras de ser”, origem do conceito de “*identikit*” formulado em *Modernidade e ambivalência*. Isso significa que o processo de autoconstrução individual é ofertado a quem tem recursos para comprar. A mensagem contida nessa condução da vida é a de que lançar-se em relações duradouras, que dão trabalho e implicam graus variados de frustração, pode ser evitado ou contornado por serviços contratados. Em mensagem bem diversa àquela proclamada nos murais de Berkeley em torno da canção “*Yellow submarine*”, “quem pode tomar conta de nós” está à venda no mercado.

O isolamento e a fragmentação como condição social e existencial dos indivíduos fazem parte da nova estruturação sistêmica. Redes densas de laços sociais são dispensáveis e a “política da vida”, anunciada por Giddens como o terreno da escolha reflexiva dos estilos de vida, coabita com altos graus de ansiedade

---

109 Em Bauman a política da vida diz respeito ao que as pessoas aconselhadas podem fazer por elas mesmas, no sentido de realizar aspirações de uma “vida boa”. O contraste é acentuado com a Política (com P maiúsculo), que diz respeito à transformação das preocupações privadas em temas e demandas públicas. Ver Bauman, *Modernidade líquida*.



e medo. Segundo Bauman, a instabilidade se aprofunda quando se crê que a segurança e a liberdade podem ser vividas apesar dos outros. E, corolário da condição de tementes, “... pessoas que se sentem inseguras, preocupadas com o que lhes reserva o futuro e temendo pela própria incolumidade não podem realmente assumir os riscos que a ação coletiva exige” (BAUMAN, 2000, p. 13). O cosmopolitismo, que Giddens observa como tendência irrefreável da modernidade avançada, não é capaz de neutralizar o afastamento entre os indivíduos.

Bauman destaca certos traços do convívio humano que se expandem no atual cenário institucional e busca aprofundar a crítica de seus efeitos tendo como horizonte a restauração da solidariedade social e da liberdade individual como produto do trabalho coletivo. Visualiza o resgate de idéias como as de “bem público”, “boa sociedade”, “igualdade” e “justiça”, que só podem ser cultivadas na companhia dos outros.

O contraste é evidente com as contestações dos anos 60, pois as “utopias privatizadas” concentram o não-comprometimento, a ausência de projetos comuns de “melhoramento” do mundo, a apatia política e a associação do sonho de felicidade à esfera do consumo. As “utopias privatizadas” estão de acordo com a “liquefação dos laços humanos”, ou seja, uma sociabilidade caracterizada pelo esfriamento e falta de densidade dos vínculos entre os indivíduos, em contextos institucionais que reproduzem e espelham relações de mercado.

Em *Modernidade e identidade*, Anthony Giddens observa acertadamente que os “problemas morais/existenciais são ativamente recuperados e trazidos para o debate público” (GIDDENS, 2002, p. 206), algo reparado no percurso dos anos 60 à atualidade. Mas a lembrança da década de todas as revoltas acentua o contraste entre a explosão de ideais coletivos e a presente “privatização” das utopias. O resgate e a análise da revolução da linguagem musical e da força de encantamento de uma infinidade de canções do rock daquela época, que inspiraram homens e mulheres (na vida íntima e nas ruas) à invenção do mundo naqueles anos de contestação generalizada, fornecem um quadro bastante diversificado das disposições para a ação e dos marcos iniciais de embates travados na atualidade.

Como dizia a letra de “*Won't get fooled again*”, da banda inglesa The Who:

*I'll tip my hat to the new constitution/ Take a bow for the new revolution/ Smile and grin at the change all around me/ Pick up my guitar and play/ Just like yesterday/ And I'll get on my knees and pray/ We don't get fooled again.* (Eu tirei meu chapéu para a nova constituição/ Prestarei reverência para a nova revolução/

Sorrindo sem graça pelas mudanças à minha volta/  
 Pego minha guitarra e toco/  
 Exatamente como ontem/ E me ajoelho e rezo/  
 Não seremos enganados novamente).

## Referências

- ADELMAN, Miriam. “O reencantamento do político: interpretações da contracultura”. *Revista de Sociologia e Política*, n. 16, Curitiba, Editora da Universidade Federal do Paraná, 2001.
- ALI, Tariq. *O poder das barricadas – uma autobiografia dos anos 60*. São Paulo: Boitempo, 2008.
- BAUMAN, Zygmunt. *Em busca da política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- \_\_\_\_\_. “A utopia na era da incerteza” In: *Tempos líquidos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2007.
- \_\_\_\_\_. “O que há de errado com a felicidade?” In: *A arte da vida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2009.
- CLAPTON, Eric. *Eric Clapton – a autobiografia*. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2007.
- CLAYSON, Alan. *The Rolling Stones – gravações comentadas e discografia completa*. São Paulo: Larousse do Brasil, 2009.
- DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- ELSTER, Jon. “Auto-realização no trabalho e na política: a concepção marxista da boa vida”. *Revista Lua Nova* n. 25, São Paulo, Editora Marco Zero, 1992.
- EHRENREICH, Barbara. *Dançando nas ruas*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2010.
- FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- FRIDMAN, Luis Carlos. *Vertigens pós-modernas – configurações institucionais contemporâneas*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.
- \_\_\_\_\_. *O jardim de Marx – comunismo e teoria social contemporânea*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.
- \_\_\_\_\_. “Laços frágeis, a oferta da contemporaneidade”, In: Maria Stela Grossi Porto e Tom Dwyer (orgs.) *Sociologia e realidade – pesquisa social no século XXI*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006.
- \_\_\_\_\_. “‘Democracia das emoções’ e ‘esfriamento dos laços humanos por toda parte’: uma comparação das obras de Anthony Giddens e Zygmunt Bauman na caracterização da sociabilidade contemporânea” *Anais do XXXIV Encontro Anual da ANPOCS*, São Paulo, Editora da ANPOCS, 2010.

FRIEDLANDER, Paul. *Rock and roll: uma história social*. São Paulo: Editora Record, 2002.

GERMAN, Bill. *Under their thumb* – Como um bom garoto se misturou aos Rolling Stones e sobreviveu para contar. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Editora Unesp, 1991.

\_\_\_\_\_. *A transformação da intimidade* – sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas. São Paulo: Editora Unesp, 1993.

\_\_\_\_\_. *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

GIDDENS, Anthony; BECK, Ulrich; LASH, Scott. *Modernização reflexiva* - política, tradição e estética na ordem social moderna, São Paulo, Editora Unesp, 1997.

GILMORE, Mikal. *Ponto final* – Crônicas sobre os anos 1960 e suas desilusões. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

GOULD, Jonathan. *Can't buy me love* – Os Beatles, a Grã-Bretanha e os Estados Unidos. São Paulo: Larousse do Brasil, 2009.

GRAHAM, Bill; GREENFIELD, Robert. *Bill Graham apresenta: minha vida dentro e fora do rock*. São Paulo: Editora Barracuda, 2008.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2001.

HOBBSAWM, Eric J. *Tempos interessantes* – Uma vida no século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

\_\_\_\_\_. *História social do jazz*. São Paulo, Paz e Terra, 2009.

KUMAR, Krishan. *Da sociedade pós-industrial à pós-moderna*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

LAWRENCE, Sharon. *Jimi Hendrix – A dramática história de uma lenda do rock*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2007.

LENNON, Cynthia. *John*. São Paulo: Larousse do Brasil, 2009.

MARCUS, Greil. *Like a rolling stone – Bob Dylan na encruzilhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

MARCUSE, Herbert. *Contra-revolução e revolta*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

\_\_\_\_\_. *A ideologia da sociedade industrial: o homem unidimensional*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

MATOS, Olgária. *Paris 1968: As barricadas do desejo*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

NORMAN, Philip. *John Lennon – a vida*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

RICHARDS, Keith. *Vida*. São Paulo: Globo, 2010.

- ROSZAK, Theodore. *Para uma contracultura*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1971.
- SENNETT, Richard. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*, São Paulo, Companhia das Letras, 1998.
- \_\_\_\_\_. *A corrosão do caráter*. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- \_\_\_\_\_. *A cultura do novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record, 2006.
- SHELDON, Robert. *No direction home – A vida e a música de Bob Dylan*. São Paulo: Larousse, 2011.
- TORRES, Ben Fong. *The Doors por The Doors*. Rio de Janeiro: Editora Agir, 2010.
- TURNER, Steve. *The Beatles – A história por trás de todas as canções*. São Paulo: Cosac Naify, 2009.
- VELHO, Gilberto. Mudança social, universidade e contracultura. In: “*Por que não?*” – *Rupturas e continuidades da contracultura*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007.
- WENNER, Jann S.; LEVY, Joe. *As melhores entrevistas da revista Rolling Stone*. São Paulo: Larousse do Brasil, 2008.
- WENNER, Jann S. (org.). *20 years of Rolling Stone – what a long, strange trip it’s been*. Nova York: Straight Arrow Publishers, 1987.
- WEST, Jessica Pallington. *O que Keith Richards faria em seu lugar?*– Lições de um sobrevivente do rock’n’roll. Rio de Janeiro: Fontanar/Objetiva, 2010.
- ZAPPA, Regina; SOTO, Ernesto. *1968: eles só queriam mudar o mundo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008.